

CAPITAL SOCIAL E REDES INSTITUCIONAIS: NOTAS TEÓRICAS PARA O DEBATE

Tallita Soares Justino¹
Yunna D'ávila Carvalho Batista²
Valéria Feitosa Pinheiro³
Christiane Luci Bezerra Alves⁴

RESUMO: *A evolução de paradigmas econômicos em sua interpretação sobre o desenvolvimento é cenário de profundas reflexões sobre a funcionalidade das tradicionais formas de capital econômico, humano, físico e natural frente ao estabelecimento de uma nova sociedade civil que deve ser compreendida a partir das formas locais de solidariedade, integração social, cooperação e formação de redes institucionais, colocando o capital social no rol de instituições estratégicas na definição de teorias e programas de desenvolvimento. Elaborado a partir de uma revisão literária, o presente artigo tem como objetivo destacar a dinâmica das relações humanas sobre as estruturas em que se estabelecem as redes sociais e institucionais no fortalecimento do capital social. Comprovando, desta forma, que a interação das redes institucionais com as demais redes de relacionamentos sociais eleva o nível de capital social, enquanto estas tiverem total compromisso e consonância entre si.*

Palavras-Chave: Capital Social. Redes institucionais. Redes sociais e cooperação

1. INTRODUÇÃO

A evolução de paradigmas econômicos em sua interpretação sobre o desenvolvimento é palco de profundas reflexões, mediante a natureza estrutural e sistêmica que assume a crise na sociedade em fins do século XX, que dá a expressão de uma crise civilizatória pluridimensional. Esses elementos contribuem para a releitura e interpretação de paradigmas dominantes e para que sejam traçados caminhos epistemológicos tão profundos e diversos, que se possa incluir nestes os percursos de produção da própria ciência (PINHEIRO; ALVES; RODRIGUES, no prelo).

Como campos epistemológicos instituídos a partir dos anos 1970, destacam-se, de um lado, as reflexões em torno das caracterizações relativas ao desenvolvimento sustentável (incorporando à dimensão econômica, elementos de natureza social, institucional e ambiental) e de outro, as abordagens onde prevalece o viés institucionalista, nas quais se reforça o poder das teorias do desenvolvimento local fundadas na “compreensão do movimento dialético entre a

¹ Autora - Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri- URCA, Crato, CE. E-mail: tallitasj_21@hotmail.com.

² Coautora - Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri- URCA, Crato, CE. E-mail: yunnadavilac@hotmail.com.

³ Coautora - Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri.

⁴ Coautora - Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri e aluna do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – DDMA/UFC.

pressão heterônoma exercida pelas leis de funcionamento de uma economia global e a reação autônoma suscitada pelas redes e instituições locais” (MULS, 2008, p. 2).

As redes institucionais formadas por sindicatos, associações e cooperativas, entre outras, permitem o encadeamento de iniciativas para discutir políticas governamentais ou demandas da sociedade, buscando convergências para a implantação de novas iniciativas de interesse de grupos de indivíduos, desenvolvendo predisposições atitudinais por parte das pessoas, no sentido de estarem motivadas a se engajar em ações que redundem na obtenção de um bem coletivo. Nesse sentido, deve-se atuar voltando à “percepção das capacidades e potencialidades locais, a partir de políticas de coordenação e promoção das iniciativas sociais” (SOUZA FILHO, 2000). Fortalecendo, portanto,

a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais (SOUZA FILHO, 2000, p.6).

O estabelecimento das redes institucionais pressupõe, portanto, amplos processos de engajamento cívico que por sua vez faz-se necessária a presença de relações interpessoais dentre as quais podem-se citar a confiança, o conhecimento mútuo, a sintonia de valores e aceitação, importantes para que as atividades sejam devidamente realizadas e os seus resultados possam ser alcançando, de forma homogênea, por todos os envolvidos.

É nessa perspectiva que foi desenvolvido este estudo, que objetiva fazer um passeio teórico, buscando compreender a importância das redes institucionais como elemento na promoção e fortalecimento do capital social, proporcionando um leque de possibilidades para o desenvolvimento das localidades que compõe as teias de relações.

2. CAPITAL SOCIAL: ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O reconhecimento de que determinados recursos e potencialidades, advindos da teia de relações interpessoais ou sistemas sociais, não são captados pelas tradicionais formas de capital econômico, humano, físico e natural; coloca o capital social no rol de instrumentos estratégicos na definição de teorias e programas de desenvolvimento.

As contribuições de Coleman (1988) na construção de um percurso conceitual apontam para o entendimento de que o estabelecimento de uma trama de reciprocidade e confiança, que emerge na capacidade de relacionamento dos indivíduos em sua rede de contatos sociais, potencializa efeitos impossíveis de serem identificados na ação individual.

Embora não utilize de forma explícita o conceito de capital social, Granovetter reconhece a força de uma conexão social, ou da rede de relacionamentos, “definida como uma combinação de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos que as caracterizam” (GRANOVETTER, 1985, apud MONASTÉRIO, 2005, p. 169).

Ao analisar as relações dos agentes em determinado espaço social e não desconsiderando as motivações individuais para a constituição de redes, Bourdieu (2000) considera que capital

social implica em existência e manutenção de uma rede durável de relações, mais ou menos institucionalizadas, de compromisso e reconhecimento mútuo.

Apesar da abordagem do capital social se constituir num amplo campo de debates das diferentes ciências sociais, ao longo de toda a década de 1980, é através das reflexões de Putnam que a mesma adquire notoriedade acadêmica. Capital social, portanto, “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”, destacando-se, na análise, a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda comunidade (PUTNAM, 2002, p.177). Tal caracterização é derivada das reflexões do autor ao observar assimetrias no padrão de desenvolvimento entre as regiões norte e sul da Itália, atribuídas a diferenças na capacidade de organização social e tradições cívicas que permeiam determinada sociedade e, por conseguinte, aos fatores socioculturais que lhe identificam.

Nesse sentido, Barquero (1988) já chamava atenção para a identidade da cultura local como elemento favorável a sistemas de relações sociais, servindo de base para o desenvolvimento de determinada região. Também sob tal orientação, Durston (1999, *apud* COSTA *et al.*, 2008, p.4) reconhece a influência da cultura derivada “das relações sociais que resultam de processos históricos de aprendizagem”, relevante “para o desempenho de programas, além da promoção da participação cívica e superação da pobreza”.

Numa perspectiva mais fenomenológica, começa a ganhar destaque a noção de que o sentimento de identidade e pertencimento a determinado lugar aumenta as possibilidades de uma população se unir em torno de um objetivo comum, já que é capaz de criar “forte identificação com os elementos de cultura, crenças, valores e estilo de vida da comunidade, despertando o interesse em participar das formulações e decisões sobre seus destinos” (FREITAS, 2008, p.48). É nesse sentido que a identidade e o pertencimento tornam-se fundamentais para a manutenção e coesão da comunidade, constituindo-se importantes elementos mobilizadores de capital social. Assim,

o fortalecimento da cultura de uma nação ou região se apresenta como um dos pilares para o seu desenvolvimento, pois o sentimento de pertencer a um território de identidade permitirá uma ação transformadora, ao mesmo tempo individual e coletiva. Individual porque é nele que nasce o sentimento de pertencimento e coletivo, porque se pertence a uma identidade coletiva, capaz de reconhecer no outro o seu próprio sentimento; assim, quando se refere ao desejo de transformação de uma realidade, pertencimento e identidade podem ganhar força com poucas palavras, mas com inúmeras ações capazes de tomar dimensões que extrapolam à própria expectativa individual (PINHEIRO; ALVES; RODRIGUES, no prelo, p.7).

De modo geral, na maioria das abordagens é explicitada a força dos recursos incorporados em determinada estrutura social, potencializada pelo contexto de proximidade social entre os agentes, deflagrada por ações de confiança mútua, reciprocidade e cooperação.

Para Monastério (2005), trata-se de um fator produtivo adicional na função de produção, capaz de potencializar a produtividade dos demais fatores, tal qual se identifica na dotação tecnológica. Desta forma, os resultados econômicos são afetados pelo potencial social das

relações. Dada a força induzida pela coesão social, o capital social é um bem público, formado por recursos simbólicos e características imateriais,

como normas de reciprocidade, conduta ou redes de cooperação, formais (ou não), que permitem que os agentes de uma sociedade possam potencializar suas ações e alcançar resultados que de outra forma seriam custosos ou impossíveis (MONASTÉRIO, 2005, p. 166).

A ideia da confiança como elemento básico de processos cooperativos que reforça o ambiente de credibilidade e, conseqüentemente, o contrato social (BAQUEIRO, 2003), associa o capital social a normas de valor e elementos morais. Assim, para Abramovay (2000), a confiança contribui para aumentar o nível de previsibilidade dos agentes, sendo fundamental o entendimento de que,

O controle sobre o risco de comportamentos não cooperativos só é efetivo se os atores interiorizarem os elementos morais pressupostos na colaboração entre eles. Existem sanções pela conduta 'desviante', mas elas só funcionam pela presença de recursos morais que têm a virtude de aumentar conforme seu uso e dos quais a confiança é o mais importante (ABRAMOVAY, 2000, p. 3-4).

Por sua vez, a relevância da cooperação como instrumento mobilizador de capital social e como elemento de vantagem competitiva estratégica em processos de desenvolvimento é ressaltada por Godard *et al.* (1987), para os quais:

Uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores. Também é conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local (Godard *et al.*, 1987, p. 139).

A teoria do capital social, ainda, ao dar centralidade à teia de relações que se estabelecem entre os diversos atores sociais, indutiva de uma maior dinamização socioeconômica, reconhece os efeitos e as sinergias geradas pela qualidade e diversidade das instituições, bem como do potencial gerado pelo grau de interação e cooperação entre estas.

A partir da compreensão da multiplicidade de interações possíveis de serem estabelecidas em determinado sistema social e do potencial mobilizador das mesmas, o capital social pode ser classificado em três modalidades, segundo Monastério (2005). O *bonding social capital* está associado aos laços existentes entre membros de grupos homogêneos, em que os indivíduos se encontram numa mesma posição. Para Putnam (2002), esse tipo de capital proporciona as bases sociais e psicológicas que as pessoas de determinado grupo necessitam para enfrentar as dificuldades do cotidiano. O *brindging social capital* relaciona membros de grupos sociais distintos e permite que as diferenças sociais sejam respeitadas. O *linking social capital* apresenta-se nos tipos de relações em que pessoas economicamente desfavorecidas interagem com agentes em postos de decisão em organizações formais, ou seja, contatos verticais entre estratos diferentes de riqueza e status.

Os diversos atributos que caracterizam o capital social são agrupados por Nahapiet e Ghoshal (1998) a partir de três dimensões, que apresentam fortes conexões entre si: i) estrutural (estrutura e configuração da rede): descreve o padrão de conexões em termos de estabilidade,

densidade, conectividade, hierarquia etc; ii) relacional: atributos potencializados pela confiança, como reciprocidade, expectativas, participação, normas, obrigações; iii) cognitiva: representa a visão compartilhada pelo grupo, expressa na cultura, valores morais, códigos e narrativas.

3. REDES INSTITUCIONAIS NA PERSPECTIVA DO CAPITAL SOCIAL: O EMPODERAMENTO DOS ATORES SOCIAIS

As redes institucionais pressupõem amplos processos de cooperação, em que, possivelmente, fomentam a criação e a transferência do conhecimento. Considerando que para cooperar torna-se necessário existir um relacionamento, Basso *et al* (2003) entende que o desenvolvimento de redes e de organizações pode desempenhar um papel importante para ajudar as pessoas a agirem para melhorar suas condições de vida, mobilizar e defender ativos, além de serem fundamentais para aumentar a capacidade de as famílias tornarem-se agentes de mudança.

as redes sociais são construídas através da comunicação e de estratégias de investimento nas relações sociais a fim de alcançar fontes de benefícios, sejam emocionais, operacionais e financeiros. Além disso, ressalta a importância do capital social, para o sucesso nessas conexões, onde, o capital social é visto como um bem social em virtude das conexões dos atores envolvidos e das redes da qual fazem parte, que se refere diretamente às conexões entre os indivíduos (BOURDIEU, 1998, *apud* LORETO, 2012, p.6).

Além da confiança interpessoal, a reciprocidade entre os cidadãos, as redes de envolvimento cívico e a predisposição das pessoas em se envolver em atividades coletivas são pressupostos fundamentais para teoria do capital social. Pois não se trata de sociabilidade e sim de predisposições atitudinais por parte das pessoas, no sentido de estarem estimuladas a se envolver em ações que redundem na obtenção de um bem coletivo. É um agir coletivo e consciente promovido pelo desejo da melhoria da qualidade de vida de uma comunidade (BAQUEIRO, 2006).

Pode-se identificar, a partir da análise das redes sociais, a forte presença de relações de reciprocidade, facilidades nos canais de informações, de intercâmbio, maior predisposição para internalização de normas, dentre outras, formando redes institucionais decorrentes das conexões existentes de cada um dos membros dessas redes com outros membros, cujas ligações se dão por meio de estruturas formais e informais. O fato é que tanto no sentido econômico quanto político, a cooperação voluntária é imperativa para alcançar objetivos comuns.

Considerando que as redes, de um modo geral, representam diferentes indivíduos que unidos em contextos sociais buscam um mesmo objetivo, benefício e satisfação, transforma-os dependentes uns dos outros. Por isso que para Marteleto e Silva (2004), a construção de redes e, conseqüentemente, a aquisição do capital social são condições de fatores culturais, políticos e sociais. Coerentemente a interação, a confiança e o comprometimento desses indivíduos acabam por ampliar seus conhecimentos, levando assim o acesso a instituições e outros grupos semelhantes.

As redes institucionais, assim como as redes sociais, dependem fortemente dos atores sociais. Em ambas as partes devem existir uma interação e sintonia de valores e aceitação. Uma vez que, as instituições são formadas por atores institucionais.

De maneira geral, são considerados atores institucionais de um determinado território, os seguintes representantes: administração pública municipal, representações locais da administração pública estadual ou federal ligadas ao setor produtivo (Ex. EMATER, SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR...); associações comerciais, industriais e de serviços; sindicatos patronais e de trabalhadores; institutos ou fundações técnicas; escolas técnicas; Universidades, principalmente (DALLABRIDA, 2006, p.18).

De certo que a atuação desses atores institucionais só se dará na compatibilização dos processos utilizados nas respectivas instituições de acordo com as características potenciais de diferentes territórios ou comunidades. Putnam (2002) sublinha que a eficiência das instituições é condicionada fortemente por vários aspectos das relações sociais, sejam eles laços de confiança, normas, sistemas, redes de interação e cadeias de relações sociais.

É por meio da interação e da sintonia entre os agentes sociais e os agentes institucionais que será desenvolvida a troca de valores com a introdução de técnicas das instituições para alavancar o desempenho das redes institucionais.

Dessa forma, uma participação mais efetiva dos cidadãos deriva da intensidade com que um indivíduo se envolve em associações, no sei sentido amplo, sejam formais ou informais, pois quanto maior sua participação, maiores são as possibilidades de desenvolver virtudes cívicas que tangibilizem o bem coletivo.

As evidências empíricas, na América Latina advêm das experiências de Villa El Salvador no Peru; das feiras de consumo popular na Venezuela e do orçamento participativo em Porto Alegre, mostrando que a existência de capital social na promoção de cidadãos mais efetivos está associada à promoção do desenvolvimento e da participação comunitária, bem como ao apoio a políticas públicas governamentais (KLIKSBERG, 2000). A existência de redes institucionais possibilita que uma comunidade tenha maior poder de negociação com outros agentes externos da comunidade, o que permite uma maior mobilidade social (BOURDIEU, 1998 *apud* FONTENELE, 2011 *et al.*).

As redes institucionais têm um papel fundamental e indispensável no processo empoderamento⁵, de desenvolvimento social, bem como no processo de estruturação de ações coletivas, à medida que são capazes de unir pessoas, estender os laços sociais, integrar atores sociais com diferentes posições sociais, que acabam levando as pessoas a agirem para melhorar suas condições de vida, mobilizar e defender ativos. Nesse sentido, Pedro Salanek Filho (2006) afere que uma comunidade organizada, com relações sociais consistentes e engajamento cívico estará mais unida, o que implica em maior poder de competitividade e geração de capital social. A teoria do capital social, ao dar centralidade à teia de relações que se estabelecem entre os diversos atores sociais, indutiva de uma maior dinamização socioeconômica, reconhece os

⁵ Diz respeito à democratização do poder que se efetiva com o aumento das possibilidades e da capacidade das populações influírem nas decisões públicas (FONTENELE, 2011 *et al.*).

efeitos e as sinergias geradas pela qualidade e diversidade das instituições, bem como do potencial gerado pelo grau de interação e cooperação entre estas.

Nesse contexto as redes institucionais podem ser apontadas como estruturas capazes de facilitar a cooperação voluntária dos atores sociais, bem como fortalecedoras de componentes essenciais do capital social tais como relações de confiança, espírito coletivo, predisposição a aceitação de normas e entre outros.

É justamente neste sentido que Dallabrida (2006, p. 10) afirma: “quanto mais densas ou mais abrangentes forem suas conexões, maior poder representam”, ou seja, quanto mais engajadas e comprometidas sejam essas conexões entre as instituições e os agentes institucionais e estes últimos com as demais redes sociais, maior será o número de ações desenvolvidas, e o volume de capital social em um território ou comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração as diversas abordagens aqui apresentadas acerca do capital social e das redes institucionais, bem como da sua interação, percebe-se que há um consenso acerca da importância do fortalecimento dos elos, desde os pequenos grupos até as redes institucionais, de modo que todos trabalhem em prol de um mesmo objetivo: o beneficiamento coletivo na promoção do desenvolvimento.

Considerando a hipótese de Dallabrida (2006), que os indivíduos têm diferentes necessidades particulares, mas as participações em determinados grupos, formados a partir de objetivos em comum, revelando suas semelhanças, inicia-se a formação de redes, que acabam por fortalecer os diferentes laços de confiança, solidariedade, comprometimento, pertencimento, entre outros existentes em um território ou comunidade.

Vale destacar que a união destes indivíduos de forma institucionalizada, como sindicatos e associações, e inseridos numa rede institucional, onde cada instituição desempenha o seu papel com objetivos comuns, fortalece o capital social, possibilitando a construção do desenvolvimento de um território em bases sólidas.

Dessa maneira, os indivíduos fazem rapidamente conexões cada vez mais firmes através das redes institucionais que, do ponto de vista de Marteleto e Silva (2004), “devem se ampliar para criar ligações com outras comunidades semelhantes e assim ampliar o alcance de suas ações”, que atribuem mais indivíduos nesse cenário de redes, como é o caso dos atores institucionais, que agregam o conhecimento, a técnica e a parceria por meios de inúmeras instituições.

No entanto, se faz necessário sublinhar não somente a forma que as redes institucionais contribuem para elevação de benefícios e logo, do capital social, mas também é de extrema importância ressaltar que o não cumprimento ou a não eficiência de quaisquer que sejam as partes (indivíduos/atores sociais, atores institucionais e instituições) podem levar o enfraquecimento, em cadeia, das relações como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. Volume 4, nº 2, abril/junho, 2000.
- BARQUERO, Antonio V. **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo**. Madrid, Ed. Pirámide, 1988.
- BAQUEIRO, Marcello. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUEIRO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (orgs.). **Capital Social: Teoria e Prática**. Ijuí, maio de 2006.
- BASSO, D.; DELGADO, N. G.; NETO, B. S. **O Estudo de Trajetórias de Desenvolvimento Rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens**. In: Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, n. 1 jan/jun. 2003.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3ªed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, nº 94, p. 95-120, 1988.
- COSTA *et al.* Capital social como ferramenta para o desenvolvimento local e sustentável: um estudo comparativo entre municípios do cariri paraibano. In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Rio de Janeiro, **Anais...**2008.
- DALLABRIDA; Valdir Roque. **Governança territorial: a densidade institucional e o capital social no processo de gestão do desenvolvimento territorial**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 3. 2006, Santa Cruz do Sul: Unisc. Disponível em: <<http://www.capitalsociaisul.com.br>>. Acesso em: julho 2014.
- DURSTON, J. **Que és el capital social comunitário?**Santiago de Chile, CEPAL, 1999.
- FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira et al. **Construção de um Modelo Explicativo sobre as Influências do Capital Social e do Empreendedor Coletivo nos níveis de Competitividade dos APLs**. In: XXX encontro da ANPAD. **Aais...** Rio de Janeiro, 201.
- FREITAS, César G.de. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul – Acre**. Campo Grande: UCDB (Dissertação de Mestrado), 2008.
- GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. **Estudios Territoriales**. Madrid, nº 24, 1987.
- GROOTAERT et al. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Grupo Temático sobre Capital Social. Washington, D.C.; World Bank, 2003.
- KLIKSBERG, B. **Capital Social y Cultura**. Editora Fondo de Cultura, 2000.

LORETO et al. **A contribuição das redes sociais institucionais no desenvolvimento do arranjo produtivo cafeeiro do município de Castelo-ES.** In: II Colóquio Sociedade, Políticas Públicas, Cultura e Desenvolvimento. **Anais...Crato**, 2012.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local.** Brasília: Ci. Inf., 2004.

MONASTÉRIO, L. M. Desigualdade e políticas regionais de desenvolvimento: o que diz a abordagem do capital social? In: CARVALHO, J. R.; HERMANNNS, K. (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional no Brasil.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia.** Brasília (DF), v.9, nº1, p. 1-21, jan-abr, 2008.

NAHAPIET, J; GHOSHAL, S. Social capital, intelectual capital and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, 23(2), 1998.

PINHEIRO, Valéria Feitosa; ALVES, Christiane Luci B.; RODRIGUES, Anderson da Silva. Cultura, território e desenvolvimento na Região Metropolitana do Cariri –RMC. In: SOUZA, Laudeci Martins de; SOUSA, Eliane Pinheiro de. JUSTO, Wellington Ribeiro (orgs) (no prelo). **Economia, Sociedade e Cultura.** Crato.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SALANEK FILHO, P. **Integração regional, desenvolvimento local, cooperativismo: o melhoramento da renda do pequeno produtor associado na Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira/PR.** In: 1º Seminário sobre Sustentabilidade, 2006, Curitiba. 1º Seminário sobre Sustentabilidade. Curitiba: UniFAE Centro Universitário, 2006. v. 1.

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.